

SABINE GOROVITZ E
ENRIQUE HUELVA UNTERNBÄUMEN (ORG.)

POLÍTICAS E TENDÊNCIAS DE INTERNACIONALIZAÇÃO DO ENSINO SUPERIOR NO BRASIL

EDITORA



UnB

Reitora
Vice-Reitor



Universidade de Brasília

Márcia Abrahão Moura
Enrique Huelva

EDITORA



UnB

Diretora

Germana Henriques Pereira

Conselho editorial

Germana Henriques Pereira (Presidente)
Fernando César Lima Leite
Beatriz Vargas Ramos Gonçalves de Rezende
Carlos José Souza de Alvarenga
Estevão Chaves de Rezende Martins
Flávia Millena Biroli Tokarski
Jorge Madeira Nogueira
Maria Lidia Bueno Fernandes
Rafael Sanzio Araújo dos Anjos
Sely Maria de Souza Costa
Verônica Moreira Amado

SABINE GOROVITZ E
ENRIQUE HUELVA UNTERNBÄUMEN (ORG.)

POLÍTICAS E TENDÊNCIAS DE INTERNACIONALIZAÇÃO DO ENSINO SUPERIOR NO BRASIL

EDITORA



UnB

Coordenadora de produção editorial
Preparação e revisão

Equipe editorial

Luciana Lins Camello Galvão
Jeane Antonio Pedrozo

© 2018 Editora Universidade de Brasília

Direitos exclusivos para esta edição:
Editora Universidade de Brasília
SCS, quadra 2, bloco C, nº 78, edifício OK,
2º andar, CEP 70302-907, Brasília, DF
Telefone: (61) 3035-4200
Site: www.editora.unb.br
E-mail: contatoeditora@unb.br

Todos os direitos reservados. Nenhuma parte desta publicação poderá ser armazenada ou reproduzida por qualquer meio sem a autorização por escrito da Editora.

Ficha catalográfica elaborada pela Biblioteca Central da Universidade de Brasília

P769 Políticas e tendências de internacionalização do ensino superior no Brasil / Sabine Gorovitz e Enrique Huelva Unternbäumen (org.). - Brasília : Editora Universidade de Brasília, 2021. 284 p. ; 23 cm.

ISBN 978-65-5846-156-2

1. Ensino superior - Internacionalização - Brasil. 2. Educação - Cooperação internacional. 3. Política linguística. 4. Redes de cooperação acadêmicas. I. Gorovitz, Sabine (org.). II. Unternbäumen, Enrique Huelva (org.).

CDU 378

Sumário

Apresentação	9
--------------------	---

PARTE 1

PROCESSOS, POLÍTICAS E PROGRAMAS DE INTERNACIONALIZAÇÃO HOJE

Capítulo 1

A internalização das universidades brasileiras	15
--	----

Heitor Gurgulino de Souza

Universidade da ONU

Capítulo 2

Políticas de Integração e Cooperação Técnica de Internacionalização das Instituições de Ensino Superior — perspectivas Unesco	31
--	----

Maria Rebeca Otero Gomes e Thais Guerra

Unesco

Capítulo 3

Expectativas para o crescimento do Programa MARCA MERCOSUL	45
--	----

Grasiele Reisdörfer

MEC – Programa Marca Mercosul

Capítulo 4

Educação superior brasileira: cenários e reais e possibilidades de cooperação Brasil/Goa/Índia	53
---	----

Marcos Formiga

UnB/Ceam – Núcleo do Futuro

PARTE 2

POLÍTICAS LINGUÍSTICAS EM PROL DA INTERNACIONALIZAÇÃO ACADÊMICA

Capítulo 5

Políticas del lenguaje en el campo de las ciencias y la educación superior en América Latina 73

Rainer Enrique Hamel

Universidad Autónoma Metropolitana – UAM

Capítulo 6

Plurilingüismo Académico: a intercompreensão como prática comunicativa em contexto universitário 101

Angela Erazo Muñoz

Universidade Federal da Paraíba – UFPB

Capítulo 7

A Língua Portuguesa em Goa / Índia: uma breve história e evolução mais recente 117

Aurobindo Xavier

Sociedade Lusófona de Goa – LSG

Capítulo 8

Missões e desafios da Agência Universitária da Francofonia (AUF) 127

Isabela de Cerqueira Silva Ospital

Agência Universitária da Francofonia – AUF

Capítulo 9

Pela diversidade linguística nas universidades: o monolingüismo do inglês em debate 135

Sabine Gorovitz

Universidade de Brasília – UnB

PARTE 3

POLÍTICAS DE INTEGRAÇÃO, REDES E AGÊNCIAS DE COOPERAÇÃO INTERNACIONAL

Capítulo 10

Universidade de Brasília e a Aliança Universitária da Região do Ruhr:
atividades e desafios 147

Stephan Hollensteiner e Fernando Oliveira Paulino

Faculdade de Comunicação – FAC/UnB

Capítulo 11

A cooperação universitária com a Alemanha e o papel do Serviço
Alemão de Intercâmbio Acadêmico (DAAD) 161

Martina Schulze

Deutscher Akademischer Austauschdienst – DAAD

Capítulo 12

Internacionalización en la Organización de los
estados Iberoamericanos 173

Paulo Speller

OEI

Capítulo 13

A Cooperação Acadêmica da União Europeia com o Brasil 183

Claudia Gintersdorfer

União Européia – UE

Capítulo 14

A contribuição dos estudos latino-americanos para a
internacionalização das universidades brasileiras e para a produção
de um conhecimento global 193

Rebecca Lemos Igreja e Simone Rodrigues Pinto

Universidade de Brasília – UnB

PARTE 4

BOAS PRÁTICAS DE INTERNACIONALIZAÇÃO NO BRASIL

Capítulo 15

O processo de internacionalização acadêmica da Unicamp 213

Luís Augusto Barbosa Cortez

Faculdade de Engenharia Agrícola (Feagri)/Unicamp

Capítulo 16

Panorama da cooperação franco-brasileira em matéria de
pesquisa científica e ensino superior 235

Alain Bourdon

Embaixada da França no Brasil

Capítulo 17

Acordos internacionais entre a FAU/UnB e as
universidades estrangeiras 243

Cláudia Estrela Porto

Faculdade de Arquitetura e Urbanismo – FAU/UnB

PARTE 1

PROCESSOS, POLÍTICAS E PROGRAMAS DE INTERNACIONALIZAÇÃO HOJE

CAPÍTULO 4

Educação superior brasileira: cenários e reais e possibilidades de cooperação Brasil/Goa/Índia

Marcos Formiga¹

UnB/Ceam – Núcleo do Futuro

...E ao imenso e possível oceano

Ensinam estas Quinas, que vês

Que o mar com fim será grego ou romano:

O mar sem fim é português.

Padrão in “Mensagem”, de Fernando Pessoa, 1934.

Antecedentes da internacionalização educacional

O Brasil, durante o período colonial, diferentemente dos países de colonização espanhola, sofreu retardo no desenvolvimento educacional pela proibição portuguesa em estabelecer instituição de educação superior no território. A Reforma Pombal, na segunda metade do século XVIII, significou, também, a expulsão dos jesuítas, livrando-se, assim, dessa liderança intelectual que poderia iniciar uma universidade na colônia brasileira.

¹ Atualmente, é professor da Universidade de Brasília (UnB). Foi coordenador do Programa Nacional de Capacitação de Docente das Universidades Brasileiras na Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes); foi Secretário Geral Adjunto do Ministério de Educação e dirigia o Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep). Vice-presidente da Associação Brasileira de Educação a Distância (Abed). Foi membro do Grupo de Trabalho da Secretaria de Educação Superior SEsu/MEC para elaboração do Currículo Mínimo do Curso de Graduação em Economia. Chefiou a Coordenação de Cooperação Internacional do CNPq em dois períodos (1992/1994 e 2012/2013); chefiou esse setor no MCTI em 2014.

Além disso, os Inconfidentes Mineiros, em seu projeto utópico de nação, reivindicavam em uma agenda libertária a criação de uma universidade. Nem os jesuítas nem os inconfidentes lograram prover a primeira universidade brasileira — projeto adiado por mais um século e meio.

A vinda da família real brasileira, em 1808, modificou, um pouco, o panorama desolador da educação por mais de três séculos. Assim, surgiram no Rio de Janeiro, Salvador, Olinda e São Paulo as primeiras faculdades, de Medicina nas duas primeiras cidades e de Direito nas duas últimas. Depois, criou-se a escola de Minas em Ouro Preto.

Atravessou-se todo o Império sem grandes avanços na área educacional, que ainda perdurará na República. Somente em 1934, criou-se a primeira universidade por iniciativa do Estado de São Paulo, a USP. Após a Segunda Guerra Mundial, teve início o movimento de federalização da educação superior a partir da então capital federal com a Universidade do Brasil, desencadeando a política de instalar ao menos uma universidade federal em cada unidade da federação.

Em paralelo e com certa antecedência, surgiram instituições de pesquisa científica no século XIX, como o Observatório Nacional, criado por Pedro II, o Instituto Agrônomo de Campinas (produção de café) e os Institutos Butantã em São Paulo e Manguinhos no Rio de Janeiro, ambos, em ciências biológicas e da saúde com foco em endemias e produção de vacinas. Em ciências humanas e sociais, pioneiros seriam o Museu Paraense Emílio Goeldi (Belém – PA) e o Museu Nacional (Rio de Janeiro).

O processo inicial de federalização coincide, na década 1950, com a criação de agências de fomento para formação de professores (Capes) e de pesquisadores (CNPq). Expandem-se as oportunidades de formação integral no exterior, com financiamentos externos de organismos multilaterais como Unesco, OEA, OPAS etc.; fundações internacionais:

Ford, Rockefeller, Kellogg, Gulbekian; e organismos governamentais de países com vínculos diplomáticos com o Brasil, como DAAD — alemão; Conselho Britânico — UK, CRNS — francês etc. Em cooperação com o CNPq e a Capes, estabeleceu-se um processo continuado de intercâmbio científico e de bolsas de estudo.

A partir dos anos 1960, por influência do modelo americano de pós-graduação, o Brasil estabelece os primeiros cursos de pós-graduação *stricto-sensu* (mestrado e doutorado), que iriam permitir o desenvolvimento de um competente nível educacional de elite. Este grupo se destacaria como o mais qualificado, embora de dimensão comparativa muito menor, ou seja, 200 mil alunos de pós-graduação (primada pela qualidade), para 7,5 milhões de estudantes de educação superior (foco quantitativo). O setor de pós-graduação, pela própria natureza, abre-se para o exterior.

Tendências recentes

A partir da segunda metade do século XX, a internacionalização da universidade e da pesquisa é uma forma europeia de resposta ao desafio americano, que também chega ao Brasil. Em 1959, criou-se o Joint Research Center (JRC), em Ispra na Itália, por iniciativa da Comunidade Europeia da Energia Atômica (Euratom). Somente a partir de 1973, surgiram os primeiros programas integrados de pesquisa científica na Europa. Na década de 1980, iniciou-se o exitoso programa de mobilidade Erasmus, que já beneficiou mais de 4,2 milhões de estudantes europeus.

O bem-sucedido Erasmus Mundus, atualizado em dezembro de 2013 para o Programa Erasmus Plus, aliado à formação massiva de talentos da China (cerca de meio milhão de estudantes no exterior) e República da Coreia, influenciou a presidenta Dilma Rousseff a lançar, em 2011,

o ambicioso Programa Ciência sem Fronteiras, para capacitar 101 mil estudantes e pesquisadores brasileiros nos melhores centros mundiais. O governo anterior, do presidente Lula, lançou quatro iniciativas de internacionalização da universidade brasileira para enfrentar o desafio de integração nacional e subcontinental, com a criação da

- Universidade Federal de integração internacional da lusofonia Afro-Brasileira (Unilab), em Redenção – CE;
- Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS), em Bagé – RS;
- Universidade Latino Americana (Unila), na tríplice fronteira Brasil, Argentina e Paraguai, na cidade de Foz do Iguaçu, no Paraná;
- Universidade da Integração da Amazônia, sediada em Santarém – PA, com foco na interação com os oito demais países da Pan Amazônia.

A Europa, na virada para o século XXI, teve, no Processo de Bolonha, um instrumento hábil e eficiente de integração universitária continental e reforço substancial nas atividades de pesquisa colaborativa.

Ressalte-se que, desde os primórdios da universidade ocidental (século XI), tentou-se, na medida do possível, efetuar cooperação internacional, identificada desde a Idade Média, replicando experiências de comércio e religião, formas iniciais da globalização.

No limiar do século XXI e prestes a completar seu primeiro milênio, a universidade busca, agora, em ritmo acelerado, apressar o processo de internacionalização. Esta característica atual foi determinada por Seabra Santos e Almeida Filho na obra *A quarta missão da universidade*. Há vários indicadores para medir o maior ou menor grau de internacionalização universitária e da pesquisa: os mais utilizados são os índices do percentual de estudantes e professores estrangeiros. O crescente

uso e valorização dos *rankings* universitários demonstram a influência e capacidade de comparação entre instituições na busca do reconhecimento mundial; aquelas em melhor posição são, também, conhecidas como universidades de classe mundial.

A internacionalização como objetivo estratégico do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovações (MCTI)

A internacionalização e mobilidade da pesquisa colaborativa e da educação superior e os fluxos de comércio e geração de riqueza a elas associadas são pilares da sociedade do conhecimento e da economia da inovação, constituindo elementos vitais do seu funcionamento em rede.

O Brasil possui uma das maiores economias do mundo, mas seu universo educacional e de pesquisa no exterior é bastante isolado.

A seguir, exemplificam-se alguns indicadores de internacionalização da educação no Brasil. Atualmente, segundo o Itamaraty, cerca de doze mil estudantes estrangeiros frequentam cursos de graduação em nossas universidades, majoritariamente, no programa governamental, Programa Estudante Convênio – Graduação – PEC-G. O número de estudantes de pós-graduação estrangeiros também é modesto, estima-se em torno de quatro mil estudantes estrangeiros.

A despeito do bem-sucedido programa de internacionalização Ciência sem Fronteiras, que alcançou a meta total de 101 mil, em 2015, o Brasil ainda é pouco conhecido e pouco atraente aos estudantes e pesquisadores internacionais. Segundo a Unesco, cerca de 4 milhões e 100 mil estudantes estão em atividade discente fora dos países de origem. A legislação migratória e a dificuldade de visto de entrada no Brasil são obstáculos ao fluxo de talentos e pesquisadores; sem considerar, talvez,

a dificuldade maior, de domínio do idioma português. Em contraste, as universidades de classe mundial apresentam percentuais médios de 20% de estudantes internacionais.

Como ilustração, o *ranking* universitário do jornal Folha de S.Paulo Jornal Folha SP — RUF/2015 — demonstra que a Universidade Federal do ABC, no Estado de São Paulo, lidera em citações internacionais por docentes estrangeiros e ocupa a terceira posição em publicações e coautoria internacionais.

A análise da produção científica brasileira também clama pela necessidade de sua internacionalização.

O Brasil ocupa um honroso 13º lugar em número de artigos científicos de autoria individual. Mas, ao referenciar-se o impacto destas publicações, retrocede para 22º lugar no “Fator H”. Idem, no indicador pesquisa colaborativa (autores de dois ou mais países), e desde 2009 estagnou na participação de produção científica coletiva; comparativamente, o país apresentou melhor desempenho no final da década de 1990. Ou seja, considerando esse indicador, diminuímos o grau de internacionalização da pesquisa.

Paradoxalmente, quando o mundo evolui para uma internacionalização crescente, nosso sistema de C,T&I e Educação Superior ainda não se beneficiou na intensidade necessária da nova organização em rede, característica inerente da atual sociedade do conhecimento, criatividade e inovação. Ademais, é instrumento fundamental para a internacionalização das empresas brasileiras que carecem de acesso célere às *core and disruptive technologies* para a competitividade e inovação tecnológica.

Mobilidade (de estudantes e pesquisadores), diversificação pela agregação de competências individuais e dos grupos de pesquisa, intercâmbio e comparabilidade pela aferição e avaliação de resultados fazem da internacionalização um objetivo estratégico contínuo do MCTI, que se

propõe a fortalecer seu papel e expandir sua responsabilidade em trabalho colaborativo com as secretarias-fim, institutos de pesquisa e agências para cumprir o desafio da ampliação da inserção internacional no Brasil, definida no Mapa Estratégico do MCTI/ENCTI e no Programa Nacional de Plataformas do Conhecimento, que ocorreu durante a gestão do prof. Clélio Campolina, ex-reitor da UFMG, ao longo do último ano do primeiro mandato de Dilma Rousseff, em 2014.

Promoção da língua portuguesa

Um comércio que, por três séculos, aproximou os dois países deu lugar a uma diplomacia universitária, nascida em Coimbra, *alma mater* da universidade brasileira. Sua atualidade, reforçada, agora, pelo número significativo de estudantes brasileiros beneficiados pelo Programa Ciência sem Fronteiras e pela percepção das universidades brasileiras e portuguesas em aproveitar potencialidades e influência estendidas da quarta missão ao mundo da língua portuguesa.

Brasil e Portugal têm a responsabilidade maior de valorizar e expandir o instrumental linguístico e cultural comum, bem como consolidar a já existente Comunidade de Países de Língua Portuguesa (CPLP), indo além da identidade idiomática, para transcender na construção de uma efetiva comunidade lusofônica, formada por oito países espalhados por quatro continentes, cuja população atingiu 268 milhões de falantes nativos, ocupando um honroso 5º lugar entre os idiomas mais falados, mas, ainda, com modesta participação percentual de usuários e conteúdos na Internet (apenas 4,3%).²

² Disponível em: https://pt.wikipedia.org/wiki/Lista_de_pa%C3%ADses_onde_o_portugu%C3%AAs_%C3%A9_l%C3%ADngua_oficial.

Várias iniciativas já foram empregadas para a promoção da língua portuguesa, o bom exemplo do Instituto Camões, mais recentemente; e os Gabinetes Portugueses de Leitura, mais remotamente, ambos de iniciativa do governo de Portugal.

É chegada a hora de fortalecer o idioma português pelo empoderamento dessa comunidade do conhecimento refletida nos oito países de Língua Oficial Portuguesa. A base para esta comunidade seria uma plataforma de informação digital e rede de pesquisa colaborativa, utilizando os instrumentos já disponíveis da Rede Nacional de Pesquisa (RNP), e das Plataformas Lattes, Carlos Chagas e Paulo Freire, mantidas pelos Ministérios da Educação e Ciência Tecnologia e Inovação, por meio de suas agências Capes e CNPq.

Após o Acordo Ortográfico, mais discutido do que aplicado, tem-se de pensar grande, e agir rapidamente para promover uma plataforma digital do conhecimento sob a liderança do Brasil e de Portugal, mas, com a participação efetiva dos demais seis países que compõem CPLP.

Considerando a concepção de Antônio Houaiss de que “Língua é poder” e de Fernando Pessoa de que “A língua é minha Pátria”, a língua portuguesa é o instrumento basilar dessa plataforma digital, que englobe os benefícios dessa internalização em redes universitárias e cheguem ao setor empresarial por meio de parcerias público-privada.

Educação superior: uma breve análise comparativa entre o Brasil e a Índia

A grande expansão da educação superior no final do século XX — fenômeno internacional — atingiu fortemente os países populosos, incluindo Índia e Brasil, uma vez que nesses países apenas uma pequena parcela de jovens frequentava instituição de educação superior, até meado da década de 1990.

Uma característica nesses dois países é a expansão com pagamento de mensalidade para cobrir os custos majoritariamente em instituições privadas. Ao tempo em que ocorreu uma disputa acirrada entre os alunos por instituições públicas estatais de melhor qualidade. No caso brasileiro, os alunos das melhores escolas de ensino médio privadas têm maiores chances de ocupar as vagas das mais disputadas universidades federais e estaduais, enquanto a maioria dos egressos das escolas de ensino médio públicas (cerca de 90% dos alunos) terão de pagar mensalidades em cursos superiores privados, quase sempre noturnos e de questionada qualidade. Em anos recentes, o problema foi amenizado pela política de cotas raciais “pretos, pardos e indígenas” e cotas sociais para pessoas de baixa renda e para alunos egressos de escolas públicas com comprovado mérito em seu desempenho escolar. A Índia tem uma longa tradição em políticas de ação afirmativa para acesso a graduação e mercado de trabalho, desde o início da década de 1950.

Resumidamente, o Brasil dispõe de 2.500 instituições de ensino superior, sendo apenas 200 universidades (dividas igualmente entre públicas e privadas), e de um total de 7,5 milhões de alunos, deste total apenas 2 milhões frequentam universidades, enquanto 5,5 milhões estudam em centros universitários ou faculdades isoladas predominantemente privadas. Ou seja, dois terços dos alunos universitários brasileiros pagam sua própria educação superior.

Outra característica é o excesso de concentração: 78% dos estudantes frequentam cursos nas áreas de Ciências Humanas, Sociais, Letras e Artes, contrariando a tendência indiana, pró tecnologia e engenharia “protagonismo dos IITs”. No Brasil, apenas 5% estudam engenharia. O estudo de Carnoy *et al.* (2016) constata que, em todos os 4 países do Bric, a compensação é maior ao concluir a educação superior em relação à conclusão do ensino médio:

Com exceção da Índia que tem a menor fração de alunos no ensino secundário, as taxas de retorno privadas para a conclusão do curso superior, agora acendem as taxas de retorno privadas pela conclusão do secundário, apesar da rápida expansão dos cursos superiores.

[...] Nossos estudos sugerem também que a cobrança de uma mensalidade na educação pública nesses países (BRIC) porque a taxa privada de retorno é relativamente alta.

[...] Brasil e Índia são os dois membros democráticos do BRIC, mais o Estado brasileiro tem demonstrado pouca capacidade para supervisionar a prestação de serviços educacionais particulares, mesmo com explosão das matrículas nesse setor. Enquanto a Índia não tem conseguido aumentar as matrículas nas universidades públicas, isto porque o controle de grande parte da educação Superior está com os governos estaduais e não com o governo central.

Desta sintética análise, conclui-se que o número de estudantes indianos de cerca de 17 milhões, em 2010, para uma população de 1,3 bilhão de habitantes, é proporcionalmente menor do que a população discente universitária brasileira de 7,5 milhões para 204 milhões de habitantes em 2015.

Para análise do corpo docentes, o número de PhD por país é o indicador mais utilizado, o estudo de Carnoy *et al.* ilustra essa situação, ressaltando os Brics em vista aos Estados Unidos. Embora, no Brasil, a formação esteja aumentando de forma constante e a pós-graduação seja o setor de melhor qualidade, nota-se o paradoxo da pirâmide invertida, ou seja, o setor governamental prioriza o financiamento da educação superior em detrimento da educação básica. No caso da Índia, também o número de PhD é considerado pequeno, com o agravante de que, a cada

ano, 1.200 estudantes indianos obtêm o título de doutorado nos EUA, e grande parte lá permanecem empregados, somente 10% retornam à Índia, e poucos desses procuram atividades docentes; já no Brasil, esta diáspora é significativamente menor, os doutores retornam e optam pela carreira docente superior.

Breve histórico da Cooperação bilateral Brasil-Índia em Educação Superior

A cooperação Brasil-Índia fundamenta-se em dois documentos:

Acordo de Cooperação nos campos de
Ciência e Tecnologia em 1985

O principal resultado deste acordo estabeleceu o Conselho Científico Brasil-Índia que já realizou 28 projetos conjuntos de pesquisas, sendo três de grande porte nas áreas de TIC, HIV-Aids e Tuberculose-Malária.

Novo Acordo de Cooperação Científica e Tecnológica em 2006

Este novo acordo atualizou e u o acordo assinado em 1985 e estabeleceu a Comissão Mista de Cooperação Científica e Tecnológica. A I Reunião da Comissão foi realizada em Nova Délhi, em marco de 2012, quando foram assinados os seguintes acordos.

1. Programa de Cooperação Científica e Tecnológica entre o Ministério de Ciência e Tecnologia da Índia e o Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação do Brasil.

2. Memorando de entendimento Brasil-Índia em Biotecnologia.
3. Definição de áreas e projetos em C&TI: Biotecnologia, Espacial, Ciência sem Fronteiras, Oceanografia e Ibas.
4. Com o resultante destes entendimentos, o então ministro do MCTI, à época Marco Antônio Raupp, visitou seu colega de pasta em Nova Délhi.

Programa de Cooperação Índia, Brasil e África IBAS

Programa de Apoio à Cooperação Científica e Tecnológica Trilateral entre Índia, Brasil e África do Sul (Programa Ibas)

O Programa Ibas, criado por meio da Portaria MCT nº 481, de 14.07.2005, baseia-se na existência de acordos bilaterais entre Brasil e Índia e Brasil e África do Sul, e o Fórum de Diálogo Ibas, conforme a Declaração de Brasília apresentada por ocasião da Reunião de Ministros de Relações Exteriores dos países integrantes do Ibas, realizada em 6 de junho de 2003.

O Programa Ibas tem por objetivo apoiar atividades de cooperação em ciência e tecnologia que contribuam, de forma sustentada, para o desenvolvimento científico e tecnológico dos três países, mediante a geração e a apropriação de conhecimento, e a elevação da capacidade tecnológica desses países, em temas selecionados por sua relevância estratégica, e que levem à melhoria da qualidade de vida dos seus cidadãos.

As áreas temáticas inicialmente definidas para promoção da cooperação trilateral científica e tecnológica no âmbito do Programa IBAS são: HIV/Aids, tuberculose e malária; biotecnologia na saúde e agricultura; nanociências e nanotecnologia; e ciências oceanográficas.

As atividades são planejadas, implementadas e monitoradas pelo Comitê Gestor de Programa IBAS nomeado pelo MCTI.

Cooperação multilateral

Brics é um acrônimo que se refere aos países membros fundadores (o grupo Brics: Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul), que juntos formam um grupo político de cooperação. Em 14 de abril de 2011, o “S” foi oficialmente adicionado à sigla Bric para formar o Brics, após a admissão da África do Sul (em inglês: *South Africa*) ao grupo.

Desde a sua criação, o Brics tem expandido suas atividades em duas principais vertentes: *i*) coordenação em reuniões e organismos internacionais; e *ii*) construção de uma agenda de cooperação multissetorial entre seus membros.

The World Academy of Sciences (TWAS)

A Academia Mundial de Ciências, em inglês The World Academy for Sciences (chamada Third World Academy for Sciences — Academia de Ciências para o Terceiro Mundo — até 2004; e Academy of Sciences for the Developing World — Academia de Ciências para o Mundo em Desenvolvimento — até 2012), é uma organização que congrega centenas de cientistas em diversos países do mundo.

Fundada em 1983, sob a liderança do vencedor do Nobel de Física, o paquistanês Abdus Salam, aliado a um grupo de cientistas e pesquisadores determinados a fomentar a pesquisa científica nos países em desenvolvimento, também é apresentada como sendo um dos programas da Unesco e, ainda, uma organização internacio-

nal e intergovernamental. Seu principal objetivo é promover a capacitação e excelência para o desenvolvimento sustentável nos países do hemisfério Sul. A sede está localizada no Centro Internacional de Física Teórica Abdus Salam (em inglês, ICTP), em Trieste, na Itália.

Considerações finais

A real possibilidade de Cooperação Brasil-Goa é por meio do Programa de Estudantes-Convênio de Pós-Graduação (PEC-PG).

Criado oficialmente em 1981, oferece bolsas de estudo para nacionais de países em desenvolvimento com os quais o Brasil possui acordo de cooperação cultural e/ou educacional, para formação em cursos de pós-graduação *strictu sensu* (mestrado e doutorado) em instituições de ensino superior (IES) brasileiras.

São oferecidos aos contemplados os seguintes benefícios:

- vagas em IES brasileiras recomendadas pela Capes, sem custos de matrícula;
- bolsa mensal no mesmo valor que a oferecida aos estudantes brasileiros, a saber: R\$1.500,00 para mestrado, com duração máxima de 24 meses, e R\$2.200,00 para doutorado, com duração máxima de 48 meses; e
- passagem aérea de retorno ao país do estudante estrangeiro.

O PEC-PG é administrado em parceria por três órgãos:

- pelo Ministério das Relações Exteriores (MRE), por meio da Divisão de Temas Educacionais (DCE), a quem cabe a divulgação do Programa no exterior e o pagamento das passagens de retorno dos estudantes;

- pelo Ministério da Educação (MEC), por meio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes), a quem cabe a seleção e o pagamento das bolsas de doutorado para estudantes de todos os países participantes e de mestrado para estudantes do Timor-Leste; e
- pelo Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovações (MCTI), por meio do Conselho Nacional para Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), a quem cabe a seleção e o pagamento das bolsas de mestrado para estudantes de todos os países participantes, com exceção de Timor-Leste.

Programa de Estudantes-Convênio de Graduação (PEC-G)

Oferece oportunidades de formação superior a cidadãos de países em desenvolvimento com os quais o Brasil mantém acordos educacionais e culturais. Desenvolvido pelos ministérios das Relações Exteriores e da Educação, em parceria com universidades públicas — federais e estaduais — e particulares, o PEC-G seleciona estrangeiros, entre 18 e preferencialmente até 23 anos, com ensino médio completo, para realizar estudos de graduação no país.

O aluno estrangeiro selecionado cursa gratuitamente a graduação. Em contrapartida, deve atender a alguns critérios; entre eles, provar que é capaz de custear suas despesas no Brasil, ter certificado de conclusão do ensino médio ou curso equivalente e proficiência em língua portuguesa.

Convênio de Cooperação Internacional entre a UnB e a Sociedade Lusófona de Goa – LSG

Por ocasião do II Festival da Lusofonia de Goa, promovido pela Sociedade Lusófona de Goa (LSG), a delegação brasileira (Missão Goa)

liderada pelo professor Nelson Gomes, do Departamento de Filosofia da UnB, Marcondes de Araújo do MCTIC e Marcos Formiga, da NFuturos/Ceam/UnB, e por sugestão do então diretor do INT/UnB, professor Eiiti Sato, foi proposto, e posteriormente assinado pelo então reitor Ivan Camargo, o MoU que deu origem ao Convênio de Cooperação, ora em fase de implementação.

Em novembro de 2016, o presidente da LSG, professor Aurobindo Xavier, visitou a Universidade de Brasília, quando manteve contato com o atual vice-reitor Enrique Huelva.

A atual diretora da INT/UnB, professora Sabine Gorovitz, coordenadora do 1º Fórum & Feira de Internacionalização da Universidade de Brasília, convidou o professor Xavier para participar como palestrante deste evento que deverá se constituir em um marco definitivo do fortalecimento da Cooperação UnB/Goa/Índia.

Por último, deve-se registrar a criação do Centro Cultural Brasileiro (CCBG) em Goa, na ocasião da realização do III Festival da Lusofonia, em março de 2017; e não menos importante, a LSG e o CCBG já foram contatados pelo embaixador brasileiro na Índia, para colaborar nas celebrações de 70 anos de relações diplomáticas entre o Brasil e a Índia, comemoradas em abril de 2018.

(*Esse texto em sua versão em Inglês foi apresentado em 19.02.2016, por ocasião do II Festival da Lusofonia em Goa.)

Referências

MAISON, Robin. *Globalising education: trends and applications*. Rottledge, London, 1998, 167 p.

SANTOS, Fernando Seabra; ALMEIDA FILHO, Noamar. *A quarta missão da universidade: internacionalização universitária na sociedade do conhecimento*. Imprensa da Universidade de Coimbra e Editora Universidade de Brasília, 2012, 238 p.

LITTO, Fredric; FORMIGA, Marcos. *Educação a distância: o estado da Arte*. Ed. Pearson/ABED. V. I e II. São Paulo, 2009. 461 p.; 2011. 441 p.

OEA. *La eficacia de la cooperación hemisférica: una perspectiva para las Américas*. Publicaciones OEA, Washington. DC., 2010. 37 p.

A internacionalização das universidades é inevitável, e as instituições começam a implementar suas políticas e estratégias, influenciadas pelas dinâmicas acadêmicas internacionais, pelas políticas governamentais nacionais, regionais e mundiais. O desafio é manter o foco nas questões e necessidades locais, beneficiando-se de competências internacionais. Deve ser definida de acordo com o perfil das instituições e das necessidades das suas comunidades, com potencial para melhorar o ensino e a pesquisa localmente produzida de modo a fomentar o crescimento sustentável da região, em diálogo constante com o contexto global e valores compartilhados em projetos acadêmicos de temáticas transversais, multidisciplinares e interinstitucionais, a fim de estruturar uma rede territorial de cooperação acadêmica. É mais um instrumento para fomentar o diálogo entre atores da internacionalização acadêmica. Esta obra apresenta reflexões sobre as políticas de internacionalização das instituições de ensino superior no Brasil; foca na questão do pertencimento e da atuação em redes internacionais de pesquisa e de diálogo acadêmico; as políticas linguísticas em prol da internacionalização também são objeto de ampla reflexão, aliando-se a sugestões de boas práticas como duplas titulações e eficientes modelos de mobilidade baseados em simetria e reciprocidade. Apresenta discussões voltadas aos programas de cooperação acadêmica e às parcerias consolidadas entre universidades e órgãos internacionais. Boa Leitura!